

Apresentação

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Como citar: BRABO, T. S. A. M. Apresentação. *In* : BRABO, T. S. A. M. (org.).
Direitos humanos, educação e participação popular : 50 anos
do golpe militar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica,
2014. p.7-10. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-595-7.p7-10>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília foi criado a partir da realização da VI Jornada Pedagógica *Educação pela Paz*, promovida pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília, completando no ano de 2014 dezoito anos de existência e de trabalho voltado à educação em Direitos Humanos em Marília (SP) e região. Por todas as atividades desenvolvidas nesta trajetória, recebeu o *Prêmio Direitos Humanos 2012*, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Presidência da República, na *Categoria Educação e Direitos humanos*.

Tendo como fonte de inspiração a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Programas Nacional, Estadual e Municipal de Direitos Humanos, o Núcleo tem desenvolvido um amplo processo de educação para a cidadania através da realização de projetos de extensão universitária; cursos de formação de educadores(as) e de multiplicadores sociais; mesas-redondas e organização de seminários temáticos, além de contribuir para a inserção do tema no Curso de Pedagogia e no Curso de Pós-Graduação em Educação, da FFC-UNESP-Campus de Marília.

Ao longo destes dezoito anos de atividades em Marília e região, no âmbito acadêmico, o NUDHUC tem se dedicado à formação, à produção de publicações e também à orientação de pesquisas, pretendendo promover reflexão crítica e aprofundar o conhecimento acerca da problemática da educação em direitos humanos, gênero e cidadania.

Com estes objetivos, esta coletânea foi idealizada e motivada por este momento especial, de participação popular para reivindicação de direitos, de aprofundamento da democracia e quando relembramos os 50 anos do Golpe Militar. Neste momento, faz-se necessário lembrar esta história

para que as novas gerações conheçam e reflitam sobre o valor da liberdade, dos direitos humanos, do respeito e dignidade. Toda a luta de resistência e não aceitação da violência e cerceamento da cidadania com a bandeira do “milagre brasileiro” são acontecimentos que não podem ser esquecidos, em memória de todos e todas que lutaram pela liberdade. Assim, contamos nesta coletânea, com a participação de renomados pesquisadores(as) da Argentina e do Brasil que têm se dedicado a registrar a história, analisar a herança deste período para pensarmos nos desafios da atualidade bem como ressaltar as resistências e exemplos de participação cidadã no período e de possibilidades que tanto no passado quanto no presente são vivenciadas.

Iniciando as reflexões, na primeira parte *Democracia, direitos humanos e participação popular: 50 anos do Golpe Militar*, Roberto Romano da Silva discute a base ética e política que predominou na história de nossa organização social, em “As raízes (perenes) do Golpe de Estado cometido em 1964”, aponta que persiste a ideia do favor em detrimento da ideia de direitos argumentando que “O favor impõe limites para os relacionamentos igualitários em todas as facetas da vida pública”.

No segundo capítulo “A violência histórica no olhar das vítimas”, Castor M.M. Bartolomé Ruiz discorre sobre a relação entre invisibilização das vítimas e naturalização da violência, mostrando que isto leva à dificuldade de viabilizar a justiça.

A autora do terceiro capítulo, Rosângela de Lima Vieira, intitulado “O Golpe Militar de 1964 na perspectiva braudeliana: fato, conjunturas e estruturas históricas”, apresenta constatações de pesquisa a respeito dos condicionantes do Golpe ressaltando que “o perfil autoritário e conservador estrutural das elites brasileiras levou ao Golpe de 64 e à Ditadura Civil-militar”.

Na segunda parte, *Educação, direitos humanos e participação: memória e atualidade de práticas democráticas*, no quarto capítulo, intitulado “Ginásios Vocacionais e História Nova: experiências cassadas, memórias cessadas”, Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, relembra um momento de rupturas com o modelo tradicional de ensino, por meio da ação de “grupos de trabalhadores, intelectuais, professores e jovens estudantes no enfrentamento de problemas do país, entre eles a educação”.

O quinto capítulo, de Nilma Renildes da Silva, intitulado “Direitos humanos e participação popular”, expõe as contribuições da Psicologia Social e Comunitária (PSC) no trabalho com a população em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de “buscar a garantia dos seus direitos humanos”, através da participação coletiva. Este é resultado do questionamento do fazer psicológico, de alguns profissionais da área, a partir do contexto social, econômico e político vivenciado pelo Brasil e outros países da América Latina, nas décadas de 1960 e 1970.

No sexto capítulo, “A construção dialógica das vivências no CEEJA de Marília (São Paulo – Brasil) como prática inclusiva em Educação para os Direitos Humanos”, João Paulo Francisco de Souza reflete sobre a experiência de “prática pedagógica dialógica na perspectiva da educação como direito humano fundamental”, desenvolvida em uma escola pública estadual de Educação de Jovens e Adultos, da cidade de Marília (SP).

No sétimo capítulo, “A participação do movimento feminista contra a Ditadura Militar e no processo de redemocratização do Brasil”, relembramos a participação do movimento feminista que no período se organiza como movimento social político, contribuindo para o desvelamento da situação das mulheres no Brasil, atuando contra a Ditadura e, nos anos de 1980, após a abertura política no processo de redemocratização do país.

A terceira parte reúne três capítulos versando sobre *Direitos humanos e educação para a paz*, na Argentina e no Brasil. O oitavo capítulo, de autoria de Mónica Fernández, intitulado “Pedagogía, ciudadanía y cultura. Aportes para pensar el problema político de la Educación en Derechos Humanos” no qual a autora afirma que sem uma revisão “do congênere nó entre paideia, educação, cidadania e política, é difícil expressar o conceito de cultura e direitos humanos, e qual a sua ligação com a educação em direitos humanos”.

No nono capítulo, “Educación en y para los derechos humanos, la ciudadanía y diversidad”, Julio C. Llanan Nogueira realiza uma análise sobre o significado da educação em e para os Direitos Humanos no marco dos Estados Democráticos ressaltando a necessidade de se repensar os fundamentos dos Estados na América Latina e no Caribe bem como o necessário aprofundamento de um modelo democrático latinoamericano.

No décimo capítulo, intitulado “Complementariedade entre a educação em direitos humanos e a educação para a paz”, os autores Marcio Adriano Cardoso e Solon Eduardo Annes Viola finalizam as reflexões discorrendo sobre os fatos que “levaram a comunidade internacional a enfatizar a Educação para a Paz e para os Direitos Humanos como uma necessidade urgente”, como por exemplo, a Segunda Guerra Mundial e outros ocorridos no século passado.

Terminamos agradecendo às companheiras e companheiros que aqui apresentaram o resultado de seus estudos, por seu inestimável apoio neste debate que pretendemos continuar, esperando que as ideias aqui discutidas contribuam para pensarmos e construirmos um mundo mais humano e justo.

A organizadora